

GESTÃO DE QUALIDADE DE RESULTADOS NO SISTEMA DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, COM FOCO NO COLÉGIO TIRADENTES DE BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA

VITOR HONORATO MARQUES

Especialista em Gestão Estratégica e Planejamento pelo Centro de Pesquisa e Pós Graduação da Polícia Militar de Minas Gerais. Professor de Educação Física graduado pela UNIBH.

Resumo: Esta pesquisa verificou a gestão da qualidade no Sistema de Ensino da Polícia Militar de Minas Gerais, com foco no Colégio Tiradentes, na visão dos gestores das unidades de Belo Horizonte e Contagem, a partir de um estudo de campo, com uso da ferramenta survey. Para alcance dos objetivos deste estudo, aplicou-se um questionário desenvolvido com base nas orientações dos Indicadores de qualidade para a educação disponibilizados pelo Ministério da Educação e Cultura a cinco Diretores Pedagógicos e quatro Secretários Administrativos, representantes das unidades participantes, a fim de detectar os pontos de qualidade na educação e estrutura. Para tanto, foram utilizados como ferramentas o gráfico de frequência e o teste de Student t bicaudal com grau de liberdade de 1, com o fim de consolidar os dados ofertados pelos

grupos respondentes. Os resultados apontaram o encontro de uma correlação alta de 0,09699 entre as respostas dos grupos, confirmando a qualidade da gestão, da educação e da estrutura do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais, nas unidades pesquisadas, ressaltando algumas falhas. Tal descoberta corrobora os bons resultados alcançados pela instituição nas avaliações do Governo.

Palavras-chave: Gestão da Qualidade. Qualidade na educação. Colégio Tiradentes. Unidades Belo Horizonte e Contagem.

Abstract: There was quality anagement in the Police Education System Military Minas Gerais with the focus on college Tiradentes in view of the managers of the units of Belo Horizonte and Contagem who responded to a questionnaire developed under the guidelines of quality indicators for education provided by the Ministry of Education and Culture, the questionnaire 5 Pedagogical Directors and 4 Administrative Secretaries representing the participating units, to detect the quality points in the education and structure for this we used the frequency plot and the Student's two-

tailed t test with 1 degree of freedom to consolidate the data from the responses of the two groups which helped to find a high correlation between the responses of 0.09699 groups confirming the quality of management, quality of education and structure of Tiradentes College of Military Police Minas Gerais in Belo Horizonte unit count which contributes and justifies the good results achieved by the institution in government assessments.

Keywords: Quality Management, Quality in education, Collee Tiradentes.

1 INTRODUÇÃO

A educação no Brasil está em um processo evolutivo, desde a redemocratização do país (BRASIL,1988). De lá pra cá, leis e decretos foram criados para acompanhar as necessidades e exigências da população e do mundo globalizado, no que concerne à educação. Esta evolução contou com a contribuição de alguns autores e filósofos para a reorganização da educação, na ampliação das ações das escolas em relação à formação dos estudantes. Nesse sentido, tais ações encontram-se muito além de desempenhos avaliados somente por resultados quantitativos, ao término de curso de formação ou avaliações regimentais, seletivas e/ou classificatórias.

Diante desse cenário, avaliar e verificar a qualidade do Sistema de Ensino da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), com o foco

no Colégio Tiradentes (CTPM) - unidades de Belo Horizonte e Região Metropolitana – mostra-se de grande valia para a sociedade mineira. O referido colégio, focado na cultura castrense e na formação cidadã, apresenta resultados significativos nas avaliações promovidas pelos governos federal e estadual, além de obter bom desempenho nos exames para ingresso em universidades, faculdades, escolas profissionalizantes, ENEM e concursos, por meio de seus discentes.

A gestão da qualidade aplicada à educação é uma proposta que tem a metodologia de manter um padrão de desempenho, permitindo que se faça uma avaliação global do desenvolvimento de toda uma instituição, em seus diversos âmbitos, como: administração, professores, ações pedagógicas, relações humanas, éticas, profissionais e, por fim, e o mais importante, a formação do aluno integralmente.

Este estudo se justifica pela evidente necessidade de constante avaliação e verificação da qualidade dos elementos e processos desenvolvidos pelas instituições de ensino, de forma geral. Nesse intento, nosso objeto de estudo se baseia em duas unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais - unidades Belo Horizonte e Região Metropolitana, no que tange à análise de suas estruturas físicas, pedagógicas e administrativas.

A hipótese a ser refutada ou confirmada pelo presente estudo é a de que o Sistema de Ensino da Polícia Militar de Minas Gerais, com o foco no Colégio Tiradentes da Polícia Militar, apresenta padrão de qualidade conforme as exigências propostas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Nesse contexto, este estudo tem como objetivo cerne avaliar a qualidade do sistema de ensino da Polícia Militar, nas unidades do Colégio Tiradentes pesquisadas, a fim de verificar se estão adequadas aos critérios

de qualidade de ensino exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

2 HISTÓRIA DO SISTEMA DE ENSINO DA POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS

A história da Educação no Brasil está relacionada inteiramente a políticas inconstantes que perduram desde a descoberta do nosso país (SAVIANI, 2010). A política educacional nacional ora apresenta momentos de alto investimento financeiro e de políticas públicas educacionais, ora de baixo investimento ou até mesmo nenhuma política bem estabelecida que possa atender às necessidades da população brasileira.

No caso da educação militar, observa-se que o ensino, historicamente, é voltado para os valores da instituição, bem como se mostra mais direcionado à vertente profissional. Hamada (2013, p. 146) explica que a educação profissional sempre teve seu destaque na história da Polícia Militar de Minas Gerais, corroborando a visão de Cotta (2005), que relata em seu estudo que, desde 1831, por influências estrangeiras, o modelo de instrução para as forças policiais é educacional, entretanto, manteve o foco no treinamento militarizado no período colonial.

No início do século XX, com a contratação do Capitão Roberto Drexler, oficial do Exército Suíço comissionado no posto de Coronel da Força Pública de Minas, em 24 de dezembro de 1912, a Força Pública de Minas Gerais teria passado por um processo de revitalização da instrução militar. No período de 1912 a 1927 foram criados diversos corpos de ensino (COTTA, 2005, p. 53).

A Polícia Militar de Minas Gerais, na busca por qualificar seus serviços, com o passar do tempo, passou a investir na qualidade da formação de seu policial, refinando-a, unindo à vertente profissional um ensino mais humanitário, conforme afirma Cotta (2005). Ainda, segundo Hamada (2013), “a evolução em termos educacionais da Polícia Militar na formação do policial militar teve influência social, política e econômica em cada fase de transformação do Brasil”.

A estrutura criada para atender à formação e educação do policial militar evoluiu com base sustentável e políticas sólidas e adequadas para o seu tempo. Conforme relata Cruz (1989), a criação do Departamento de Instrução em Belo Horizonte, pelo Decreto n. 11.252, de 3 de março de 1934, hoje transformado na Academia de Polícia Militar, caracterizou-se como importante marco histórico para a educação militar deste Estado.

Segundo Hamada (2013), a década de 1950 foi bastante inovadora para a educação da Polícia Militar de Minas Gerais. Pouco tempo antes, a promulgação da Lei n. 480, de 10 de novembro de 1949, pelo Governador Milton Soares Campos, criou o Departamento de Instrução (DI), em Belo Horizonte e o Ginásio Tiradentes da Polícia Militar (PMMG, 2015). Para consolidar atenção à formação do policial militar, houve a expansão do Colégio Tiradentes,

com fins de oferecer educação escolar aos militares e aos seus dependentes. Desse modo, foi necessário criar uma linha de ação que pudesse atender às novas demandas. Nesse contexto, pela necessidade de um aperfeiçoamento em torno da formação do policial militar, o Sistema de Educação da Polícia Militar, com a responsabilidade de consolidar a estrutura existente, foi criado, através Lei n. 6.260, de 13 de dezembro de 1973, bem

como houve a integração do Colégio Tiradentes ao sistema de educação militar (MINAS GERAIS, 1973). Tal conquista adveio do esforço e ideal do Aspirante PM Argentino Madeira, com apoio de alguns oficiais que, na década de 1930, iniciaram este sonho ambicioso, com a colaboração de toda corporação. Atualmente, o Sistema de Ensino da Polícia Militar de Minas Gerais é regido pela Lei Estadual n. 20.010, de 05 de janeiro de 2012, que ratifica as condições da Lei Estadual n. 6.260, de dezembro de 1973, e dá novas adequações para o tempo atual (MINAS GERAIS, 2012).

2.1 Qualidade na Educação

Após um longo período de estagnação, a Constituição de 1988 retratou com muita atenção o tema educação, dedicando um capítulo somente ao assunto, que desencadeou na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1988). A carta magna anterior, com 35 anos de existência, elaborada em 1971, já não atendia às necessidades da sociedade atual, mostrando-se aquém da realidade brasileira.

A nova LDBEN tem por objetivo: a busca da qualidade (total), no sentido de formar cidadãos eficientes, competitivos, líderes, produtivos, rentáveis, numa máquina, quando pública, racionalizada. Este cidadão – anuncia-se – terá empregabilidade, igualmente, será um consumidor consciente (CARVALHO, 1998).

Com a nova LDBEN, a prioridade passou a ser a construção de um ensino democrático e social, que pudesse atender a todas as classes, povos e às necessidades da sociedade brasileira, além de acompanhar o processo evolutivo mundial de redução do analfabetismo (SAVIANI, 2010). Por ter um déficit histórico imenso na educação em relação a países vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai, além da Europa e América do Norte,

O Brasil implantou em seu sistema educacional nacional a meta de erradicação do analfabetismo e universalização da instrução popular bem antes que se desenvolvesse políticas públicas para uma educação global. Como se sabe, essa é uma ordem que tende ao fracasso, pois de nada resolve um bom projeto sem estrutura para implantação. Mesmo assim, já se mostrou positiva a iniciativa de apontar diretrizes para o desenvolvimento de uma educação qualificada, uma vez que a partir disso, poder-se-ia vislumbrar um horizonte de busca por melhorias.

O conceito de qualidade é algo bastante subjetivo. Nesse intento, um ensino de qualidade deve ser contextualizado pela comunidade escolar, não existindo padrão ou receita de escola de qualidade. Até porque, o termo qualidade é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente (BRASIL, 2004). No entanto, a constante mudança de sentido de tal conceito não impede que haja parâmetros para a construção de uma boa educação. Assim, os indicadores desenvolvidos pelo MEC têm a finalidade de construir parâmetros que identifiquem um ensino de qualidade e possam avaliar a qualificação da escola, na detecção de pontos fortes e fracos, a fim de manter o que funciona e corrigir ou propor novas ideias para os aspectos que não funcionam ou não foram explorados ainda.

Segundo Arelaro (2005), o que estabelece a Constituição Federal de 1988 é uma educação de qualidade para todos, sem distinção social, etnia, gênero, localização geográfica no território brasileiro, sendo este um dever do Estado. Nesse sentido, a escola deve estar apta a oferecer e funcionar, com competência educacional, pessoal, material, recursos financeiros e projeto pedagógico, de forma a contribuir com a formação integral de cidadania. Erroneamente, “nunca houve, de fato, um debate público consistente sobre a melhoria da qualidade do ensino oferecido pela escola pública brasileira” (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2005).

O avanço da qualidade na educação brasileira recebeu investimentos internacionais para incentivar a política educacional, com a finalidade de reduzir o analfabetismo e qualificar a educação básica oferecida.

Todos os participantes que se inscreveram à Declaração em Jomtien se comprometeram a assegurar uma educação básica de qualidade para crianças, jovens e adultos. O Brasil, como um dos países subscritos e que possui grande índice de analfabetismo, foi convocado a participar, a fim de poder incentivar as suas políticas educacionais (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 97).

A proposta de democratização da escola é o convite à participação local como prioridade. Sendo assim, comunidade, professores, funcionários, alunos, todos passaram a ter voz e a ser parte importante do processo. Por se tratar de um novo projeto, houve necessidade de criação de padrões que pudessem orientar e quantificar a evolução do Sistema de Ensino Nacional, que não poderiam ser rígidos e estáticos, uma vez que a escola, a partir de agora, era participativa, democrática e, principalmente, objetivava o desenvolvimento dos indivíduos onde se encontravam, em suas comunidades, a partir de suas necessidades (MENDES, 2010).

Quando se busca a qualidade, é necessário ampliar os horizontes para além de resultados quantitativos, como os do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Ao contrário de tal modelo, deve-se valorizar o desenvolvimento global, como explica Castro e Tiezzi (2005), pois todo *aprendente* deve desenvolver as habilidades e competências para aprender a aprender, ou seja, o raciocínio, o pensamento crítico e a capacidade de contextualizar os conhecimentos adquiridos.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A abordagem metodológica deste estudo é de caráter exploratório, qualitativo interpretativo, visando avaliar a qualidade do Sistema de Ensino da Polícia Militar, com olhar nas unidades do Colégio Tiradentes de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Após o envio de uma carta convite para adesão à pesquisa e, posterior consentimento dos Secretários Administrativos (militares) e Diretores Pedagógicos (civis) para responderem ao questionário de avaliação da qualidade dos processos e estruturas das unidades objeto de pesquisa, procedeu-se a coleta e verificação dos dados.

Como ferramenta estatística, utilizou-se a escala de Likert adaptada para este estudo (THOMAS e NELSON 2002). O questionário foi construído com base nas sugestões do livro de Indicadores de qualidade na Educação, desenvolvido pela UNICEF, PNUD, INEP-MEC, contendo 27 perguntas, cada uma com cinco opções, sendo possível marcar mais de uma opção como resposta. A legenda foi construída da seguinte forma: opção A – Sempre (para alto índice de qualidade), B – Quase sempre (índice de qualidade aceitável), C – Às vezes (índice de qualidade médio), D – Poucas vezes (índice de qualidade fraco) e E– Nenhuma (índice qualidade inaceitável). As respostas foram tabuladas em uma planilha de Excel (2003), conferidas em seguida para evitar duplicidades de informação ou erro de digitação.

Após essa fase, foi feita a análise qualitativa, com tratamento estatístico de frequência absoluta e relativa. Utilizou-se o teste t Student ou simplesmente teste “t”, que normalmente é usado para comparar pequenas amostras.

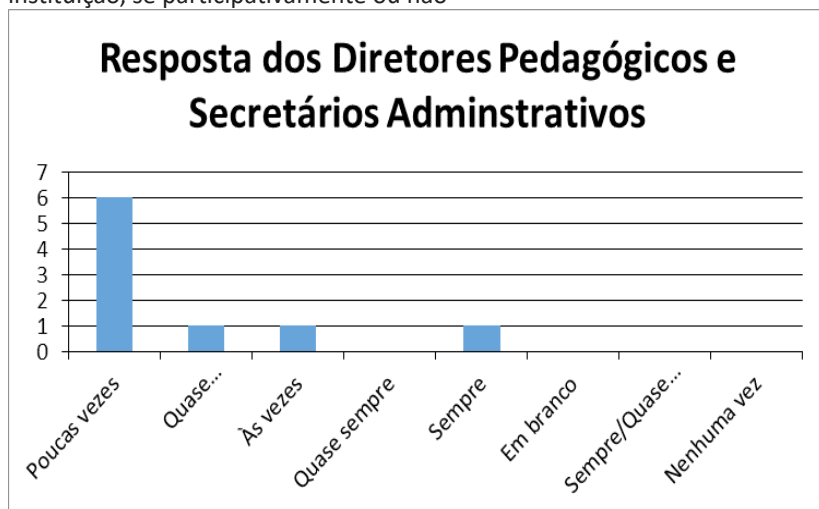
A escolha por este teste se deu, porque “o seu valor é a medida do desvio entre a média x estimada, a partir de uma amostra aleatória de tamanho n e a média m da população, usando o erro da média (s_x) como unidade de medida” (BEIGUELMAN 2002). A distribuição de t é bicaudal, devido ao fato de os dois lados da distribuição serem superpostos, com as probabilidades somadas (BEIGUELMAN 2002). Assim, verificou-se o desvio-padrão das médias entre os grupos de Secretários Administrativos e Diretores Pedagógicos com grau de liberdade de $7 = 2,365$, com nível de significância para teste bicaudal de 0,05 (THOMAS e NELSON 2002).

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

O questionário procurou atender às 7 (sete) dimensões sugeridas como fatores de qualidade para a educação segundo os Indicadores de Qualidade na Educação (BRASIL, 2004). Foram aplicados 9 (nove) questionários, sendo que, na unidade Contagem, no presente momento, não há secretário administrativo lotado. Segundo Freitas (2000), a educação brasileira é direcionada pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo que ambas exigem a existência e prática de gestão democrática nas escolas.

Em relação ao indicador de Gestão Participativa e Democrática, os colégios objeto de estudo se mostraram pouco abertos quanto à abertura ao debate e participação, em relação à participação efetiva de toda a comunidade escolar, conforme demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição das respostas dos Diretores Pedagógicos e Secretários Administrativos quanto à forma como é definida a proposta pedagógica da instituição, se participativamente ou não



Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Importante dizer que a não participação de toda a comunidade escolar na proposta pedagógica da escola trata-se de uma deficiência que deve ser sanada e que talvez ocorra em decorrência do tradicionalismo da instituição. Quanto aos descritores “qualidade de ensino” e “estrutura física”, os diretores pedagógicos e secretários administrativos afirmaram que em 41,98% das vezes, as ações do Colégio Tiradentes da Polícia Militar atendem às indicações de padrão de qualidade de ensino propostas pelo Ministério da Educação e que apenas em 0,41%, o padrão proposto não é cumprido. Ressalta-se que existem algumas diferenças nas estruturas físicas das unidades, no entanto, ainda assim, os pontos fracos são os mesmos em ambas, já os pontos fortes apresentam-se à estrutura pedagógica, disciplina e ao ensino. Em termos estatísticos, as respostas podem ser observadas na tabela 1:

GESTÃO DE QUALIDADE DE RESULTADOS NO SISTEMA DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, COM FOCO NO COLÉGIO TIRADENTES DE BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA

Tabela 1 - Resultado das respostas de Diretores Pedagógicos e Secretários Administrativos

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Relativa%
1	102	0,4197531	41,98
2	90	0,3703704	37,04
3	23	0,0946502	9,47
4	10	0,0411523	4,12
5	6	0,0246914	2,47
6	6	0,0246914	2,47
7	5	0,0205761	2,06
8	1	0,00411523	0,41

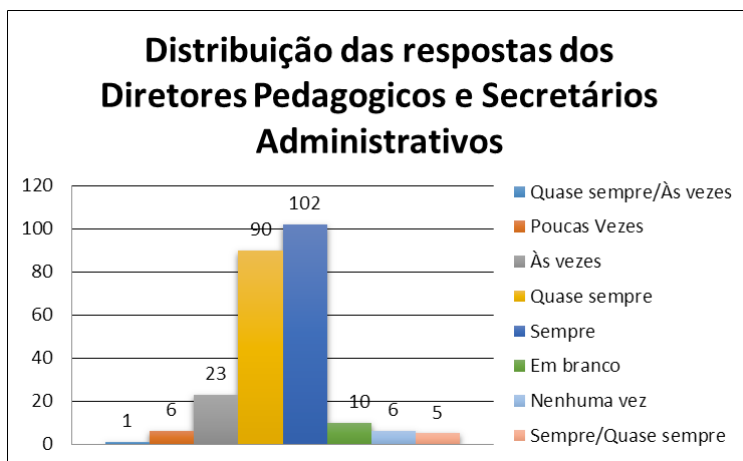
Fonte: Elaboração Própria, 2016

Sobre as estruturas físicas dos colégios Tiradentes da Polícia Militar de Belo Horizonte e Região Metropolitana, importa dizer que as mesmas são distintas entre si, no entanto atendem às necessidades mínimas para manter um bom desempenho e um padrão de qualidade comum a todas as unidades, que torna capaz a apresentação de bons resultados quantitativos¹.

Quanto às estruturas físicas, observou-se as seguintes respostas (gráfico 2):

¹ Os resultados quantitativos não são objeto de nossa pesquisa. Colocamos apenas como esclarecimento.

Gráfico 2 - Distribuição das respostas dos Diretores Pedagógicos e Secretários Administrativos quanto à da estrutura física ofertada pelos colégios e seu nível de atendimento ao ensino



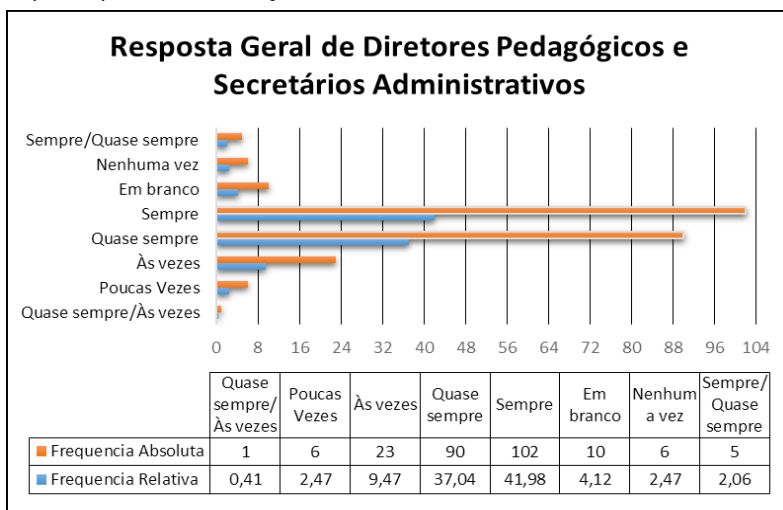
Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Não é surpresa que uma boa estrutura possibilita um ensino mais qualificado, sendo esse o motivo de a estrutura física qualificada que atende devidamente ser uma das exigências do MEC, conforme afirma Xavier (1991).

A partir da análise dos dados, observou-se que a estrutura física ofertada pelas escolas pesquisadas atende bem, na maioria das vezes, somando à avaliação mais um fator positivo em relação a essas instituições.

GESTÃO DE QUALIDADE DE RESULTADOS NO SISTEMA DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, COM FOCO NO COLÉGIO TIRADENTES DE BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA

Gráfico 3 - Frequência das Relativa e Absoluta de todos os Diretores Pedagógicos e Secretários Administrativos quanto à distribuição de respostas dos participantes, em relação à estrutura física ofertada



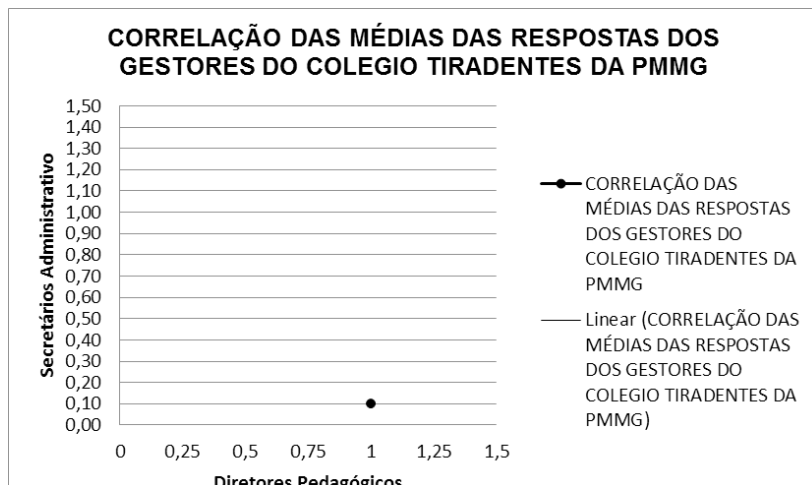
Fonte: Elaboração Própria, 2016

No que concerne ao padrão de ensino ofertado pelo Colégio Tiradentes, nas unidades pesquisadas, o mesmo ultrapassa os parâmetros propostos pelo Ministério da Educação e Cultura.

Ao comparar o padrão de qualidade do MEC com o que é oferecido o Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas gerais - unidades Belo Horizonte e Contagem - com base nas respostas dos diretores pedagógicos, secretários administrativos, suas propostas pedagógicas e estruturais, o bom resultado se justifica através dos resultados nas provas do Governo Federal.

Em termos estatísticos, observou-se uma comparação das médias o valor de $t = 0,28$, de forma que a correlação das médias entre Gestores Administrativos e Pedagógicos é alta, o que leva ao bom relacionamento entre as partes com uma contribuição alinhada nas decisões, como se observa no gráfico 4:

Gráfico 4 - Correlação das respostas dos Diretores Pedagógicos e Secretários Administrativos



5 CONCLUSÃO

Conforme análise feita, os gestores pesquisados do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais apresentaram uma visão muito próxima da igualdade em suas respostas, o que se mostra positivo do ponto de vista de uma gestão colaborativa. Essa assertividade e alinhamento nas repostas demonstrou participação e conhecimento dos respondentes em relação ao projeto educacional da escola. No entanto, os quesitos gestão participativa, estrutura física e qualidade de ensino ainda apresentam falhas, que podem ser sanadas.

Quanto à gestão participativa, observou-se que não há a abertura devida ao debate e construção conjuntas de propostas/ projetos pedagógicos. Já no fator estrutura física, apesar de atender às

GESTÃO DE QUALIDADE DE RESULTADOS NO SISTEMA DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, COM FOCO NO COLÉGIO TIRADENTES DE BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA

exigências do MEC, a instituição deixou a desejar no fator inclusão e atendimento às necessidades especiais. Quanto à qualidade de ensino, apesar de a mesma não ser discutida, tendo em vista os bons resultados alcançados pelo corpo discente no exames do Governo Federal, ficou claro que o foco da avaliação está centrado no fator quantitativo, o que, para melhoria, poderia abrir-se também para o qualitativo.

É importante dizer que para alcançar resultados mais precisos e significativos, uma amostra maior seria necessária. Nesse sentido, sugere-se que essa pesquisa seja estendida a uma parcela maior da comunidade escolar e para todos os segmentos, para que, com a participação diversificada, seja possível alcançar uma visão ampla da realidade da instituição, a fim de confirmar o que o presente estudo encontrou, a saber: que o Sistema de Ensino da Polícia Militar de Minas Gerais, com o foco no Colégio Tiradentes da Policia Militar, apresenta padrão de qualidade conforme as exigências propostas pelo MEC, cabendo alguns ajustes, para manter o padrão de qualidade que ora é ofertado por esse educandário.

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete Regina Gomes. **O Ensino Fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências.** 2005.

BEIGUELMAN, Bernardo. **Curso prático de bioestatística.** Ribeirão Preto, SP: 2002.

BRASIL. Constituição(1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1988. 292p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. UNICEF, PNUD, INEP-MEC (coordenadores). **Indicadores da qualidade na educação/Ação Educativa**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.60 p.

CARVALHO, Djalma Pacheco. **A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a formação de professores para a educação básica**. Ciência & educação. (Bauru) vol.5 no. 2 Bauru, 1998.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de; TIEZZI, Sérgio. **A reforma do ensino médio e a implantação do Enem no Brasil**. 2015.

COSTA, Ana Sheila Fernandes; et al. Educação Básica no Brasil. **Políticas Públicas e Qualidade**. Disponível em:<<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/711/678>>05/08/2015.

COTTA, Francis Albert. **Fragmentos da história policial e militar de Minas Gerais: história e historiografia**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, 2005.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina. **Manual para normalização de publicações técnico-científica**. - 8. ed. rev. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FREITAS, Kátia Siqueira de. **Uma Inter-relação: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e formação da equipe escolar**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 47-59, 2000.

GESTÃO DE QUALIDADE DE RESULTADOS NO SISTEMA DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, COM FOCO NO COLÉGIO TIRADENTES DE BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educação básica no Brasil na década de 1990**: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educ. Soc., Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.

HAMADA, Hélio Hiroshi. **As transformações no sistema de ensino da Polícia Militar de Minas Gerais**: um estudo histórico dos modelos de formação profissional. Paidéia r. do cur. de ped. da Fac. de Ci. Hum. Soc. e da Saú., Univ. Fumec Belo Horizonte Ano 10 n. 14 p. 139-167 jan./jun. 2013.

MARCO FILHO, Luiz de. **História militar da PMMG**. Belo Horizonte:2005.

MENDES, Maria Socorro dos Santos. **Qualidade Ensino na Escola Pública**: Desafios e (IM)possibilidades. 2010.

MINAS GERAIS. **Lei 20010, de 05 de janeiro de 2012**. Dispõe Sobre O Sistema de Ensino da Polícia Militar de Minas Gerais.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. **Resolução nº 4209, de 16 de abril de 2012**. Aprova o Regulamento da Diretoria de Educação Escolar e Assistência Social (DEEAS). Belo Horizonte, 2012.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de Oliveira; ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Qualidade do ensino**: uma nova uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. Revista Brasileira de Educação. Jan /Fev /Mar /Abr 2005 No 28 p. 5-23.

PAZ, Fábio Mariano da. **O IDEB e a qualidade da Educação no Ensino Fundamental:** Fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas. Disponível em:<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1953/2082>> 01/08/2015.

SAVIANI, Demerval. Organização da Educação Nacional: Sistema e Conselho Nacional de Educação, Plano e Fórum Nacional de Educação. **Revista Educação e Sociologia**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul.-set. 2010